



## AVALIAÇÃO EXTERNA NA ALFABETIZAÇÃO: o entendimento das professoras sobre a contribuição para as turmas do 2º ano

*Eixo temático: 01 Alfabetização e Políticas Públicas*

**Resumo:** Apresentamos a análise parcial de uma pesquisa que está sendo realizada pelo Grupo de Estudos e Pesquisa em Alfabetização – GEPA da Faculdade de Educação/UFC, com professoras do 2º ano do ensino fundamental, para analisar a percepção das mesmas sobre o retorno dado pelas avaliações externas ao desenvolvimento do ensino na alfabetização. A pesquisa está sendo realizada desde abril de 2023, com escuta de relatos de professoras, seguida da aplicação de um questionário via *google forms*. A previsão de conclusão é junho de 2023, quando além de socializar os resultados da pesquisa iremos ouvir professoras e especialistas para sugestão de soluções dos problemas identificados.

**Palavras-chaves:** Avaliação Externa; Alfabetização; Simulados.

### Introdução

As avaliações externas entraram no cenário do sistema educacional brasileiro desde a década de 90 e tem trazido grandes contribuições para resolução de problemas históricos. Na primeira década do século XXI, estes exames diagnósticos chegam a alfabetização, fornecendo informações importantes sobre a alfabetização em nosso país. Além das avaliações de origem nacional, temos aquelas produzidas pelos sistemas estaduais e municipais. No Ceará, temos avaliações voltadas para o ensino fundamental, 5º e 9º ano, e também para 2º ano, último ano do ciclo de alfabetização.

Temos ouvido com frequência reclamações de professoras do 2º ano sobre o quanto as avaliações externas têm mexido com a rotina escolar. Visando ampliar conhecimento sobre este descontentamento, o Grupo de Estudo e Pesquisa em Alfabetização – GEPA, da Faculdade de Educação/UFC, planejou para o ano de 2023 uma pesquisa exploratória com os seguintes objetivos: analisar a percepção das professoras sobre o retorno dado pelas avaliações externas ao desenvolvimento do ensino na alfabetização; Aprofundar estudos sobre avaliação externa nas turmas de alfabetização; Investigar as condições que estão sendo aplicadas as provas externas nas turmas de 2º ano do ensino fundamental; Analisar a opinião das professoras do 2º ano sobre os tramites existentes na escola visando a avaliação externa a ser realizada na turma.

Nosso interesse para além de conhecer o processo é contribuir com sugestões aos municípios cearense e, particularmente, Fortaleza local da pesquisa, sobre os usos proveitosos da avaliação diagnóstica para melhoria do ensino às crianças do 2º ano.

Neste estudo apresentaremos uma síntese de nossa pesquisa bibliográfica sobre avaliação externa no estado do Ceará, alguns resultados preliminares que possam dar uma panorâmica da realidade vivenciada por professoras e crianças do 2º ano nesta saga de resultados “verdes<sup>1</sup>”.

## **2 A Avaliação Externa no Brasil e no Ceará**

As avaliações externas são adotadas pelas políticas educacionais nos níveis: nacional, estadual e municipal. Luckesi (2005) destaca o papel da avaliação com o objetivo de diagnosticar a aprendizagem, buscando proporcionar a tomada de decisões para a melhoria da qualidade da aprendizagem.

As primeiras experiências de avaliações externas no Brasil ocorreram no início da década de 1990, (CAEd/ UFJF, 2023), foi nesse período que na avaliação da educação básica foi implantado e se consolidou pela avaliação externa da escola: o Sistema de Avaliação da Educação Básica - Saeb.

O Ceará, motivado pela utilização do SAEB para análise de suas escolas criou através da Portaria n.º 101/2000, o Sistema Permanente de Avaliação da Educação Básica do Estado do Ceará - SPAECE. Segundo Vidal, Costa e Soares (2022), o objetivo principal do sistema é coletar dados por aluno, turma, escola, distrito e município a fim de diagnosticar a qualidade da educação em todo estado, bem como, promover uma educação equânime por meio da implementação de políticas públicas e de novas e criativas práticas pedagógicas nas escolas.

Através da Lei n. 14.371/09, o governo do estado Ceará vinculou os resultados obtidos nos exames externo aplicados às turmas de 2º ano, ao Prêmio Escola Nota Dez, “destinado a premiar as escolas públicas com melhor resultado o índice de Desenvolvimento da Alfabetização (IDE-ALFA) [...]”, a premiação foi destinada às 150 escolas públicas que contemplassem os critérios de quantidade de matrículas nas turmas de 2º ano e o índice de Desenvolvimento da Alfabetização (IDE-ALFA), (CEARÁ, 2009a, p.1).

Pela mesma lei, as escolas que apresentavam menor desempenho receberiam apoio financeiro e estabeleceriam com as escolas premiadas uma relação de cooperação, na qual as escolas com índices de resultados melhores auxiliavam para que as demais elevassem seus índices de proficiência. Sobre essa modificação no caráter da premiação, Andriola e

---

<sup>1</sup> Os resultados alcançados pelas escolas são divulgados com distinção de cores, sendo verde as que apresentam bons resultados.

Silva (2023, p. 9) destacam que “[...] que o prêmio passou a ser encarado como política indutora de melhoria de resultados, sob os princípios de corresponsabilização pelos resultados do sistema educacional e de cooperação técnico-pedagógica entre as escolas.” Além disso, ocorre a vinculação dos resultados a distribuição do Imposto de circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS), o que para Andriola e Silva (2023), mobiliza as prefeituras na busca por melhorias dos indicadores educacionais de cada município.

Em 2004, um grupo de entes públicos, capitaneados pela Assembleia Legislativa do Estado, realizou uma pesquisa sobre as condições da alfabetização no estado, que dentre os resultados evidenciou que 87% das crianças cearenses não estavam alfabetizadas, além de apresentar muitas outras vulnerabilidades em relação as estruturas escolares e a formação de professores. (CEARÁ, 2009b, p.06) Estes resultados associados ao que eram proposto pela União no “Compromisso Todos pela Educação” deram origem a implementação do Programa de Alfabetização da Idade Certa (Paic) por meio da Lei nº 14.026/07.

Nessa conjuntura, o Spaece passou a realizar avaliação da alfabetização, em caráter censitário e anual, por meio do Spaece-Alfa, de modo que pudesse diagnosticar os níveis de proficiência em leitura de estudantes matriculados no 2º ano do ensino fundamental da rede estadual e municipal dos 184 municípios do estado do Ceará.

### **3 Metodologia**

A pesquisa realizada foi de natureza bibliográfica e de campo. Em um primeiro momento com o levantamento do estado da arte sobre avaliação da alfabetização no estado do Ceará. Seguido do registro de relatos das professoras em rodas de conversa *online* sobre a avaliação que acontecia nas escolas e o retorno proporcionado pela mesma.

A última etapa de coleta de dados foi um Survey, encaminhando através das redes sociais por *google forms*, questionários com questões abertas e fechadas para professoras que trabalharam no ano de 2022 com turmas de 2º ano. A previsão da conclusão do recebimento dos formulários é para final de maio. E a apresentação do relatório para a comunidade tem previsão para junho de 2023.

### **4 Resultados e Discussão**

Os resultados aqui apresentados abordarão apenas o recorte do desenvolvimento da preparação para o exame do Spaece Alfa na escola, e a percepção que as professoras tem dos retorno do mesmo.

Analisamos 38 questionários, sendo 36 respostas de mulheres e 02 respostas de homens<sup>2</sup>. As 38 respondentes ensinam um total de 60 turmas, sendo 16 professoras com 01 turma e 22 com duas. Com o total de 1.388 discentes.

Iniciamos nossa análise investigando quem na escola recebe orientação sobre o exame e sua execução. 19 professoras, afirmam que são recebidas por gestores e professoras do 2º ano; 16 apontam que só os gestores recebem orientações; 3 afirmam que a escola recebe apenas e-mails.

Para entender o impacto da preparação para os exames nas escolas foi indagado se as professoras inseriam alguma alteração nas tarefas de classe ou de casa para que os discentes se acostumassem com as questões do exame. 34 afirmaram que sim. Nas respostas abertas tivemos 32 comentários. 16 apontando diretamente que usam simulados do exame; e 14 afirmam que exploram os temas que fazem parte dos descritores das provas. Tendo destaque a exploração de gêneros textuais variados, “muito treino de leitura e de perguntas sobre o texto”, uso de jogos, mas também fazem menção aos simulados.

34 das professoras afirmam que realizam alguma alteração em suas práticas, apenas 4 dão resposta negativa. Mas dentre as que respondem afirmativamente vamos encontrar novamente referência aos simulados. Destacamos aqui alguns registros de suas escritas:

“Aulões voltados para cada descritor, simulados semanais com as crianças, momentos de foco nos gêneros textuais”.

“Quando está próximo o período da avaliação, deixamos de dar qualquer conteúdo e focamos apenas em leitura e interpretação de texto, esquecemos as demais disciplinas incluindo matemática, infelizmente”.

Uma resposta chamou nossa atenção: “Faço meus planejamentos em casa e nos dias de planejamento na escola dou reforço individual para as crianças que estão atrasados na leitura e escrita”. O que nos faz ver que passa a girar em torno da prova, o que faz com que haja sobrecarga para professoras e educandas/os. Cabe aqui resgatar o que Garcia (2003,p.30) alega ter sido mostrado por Foucault sobre os exames “um espaço que inverte as relações de saber em relações de poder”.

Cumprе salientar que encontramos nos comentários sobre as alterações de práticas o uso de recursos como: jogos e gincanas como forma de explorações lúdicas de descritores<sup>3</sup>, que são inseridos nas atividades do dia-a-dia da escola.

Mas as modificações não são sentidas apenas na sala de aula, também ocorrem na rotina da escola, segundo as professoras:

<sup>2</sup> Pelas mulheres serem maioria, utilizaremos nas análises o termo professoras.

<sup>3</sup> “As habilidades que compõem cada um dos campos temáticos *são* os *descritores*” [...] *estes são* “elencados na matriz de referência para avaliação da referida etapa de escolaridade”. (CEARÁ, 2019)

“Existe o dia do simulado real, quando toda a dinâmica da escola se adequa ao dia da aplicação da prova, para que as crianças não sintam uma grande diferença”.

“A logística da escola é toda alterada para a realização da prova. Como mudança do horário para o lanche - por turma e o recreio acontece no final da aula”.

No período que antecede o exame são identificadas mudanças no comportamento das crianças. De 24 comentários escritos 50% registram a ansiedade. “Há uma ansiedade notória nas atitudes e muito desgaste pela pressão de resultados”. Duas professoras apontam cansaço, três indicam comportamentos mistos de ansiedade, nervosismo e cansaço.

Mas temos aquelas que veem variações positivas de comportamento: “As crianças ficam mais responsáveis por suas atividades pela leitura pela assiduidade nas aulas.” E ainda: “Eles ficam motivados e esperam com muita alegria o dia da prova”. “Demonstração de interesse, empenho e dedicação”.

Nas rodas de conversa ocorreu uma fala insistente sobre “simulados”. Indagamos sobre eles. Uma questão onde poderia ser marcada mais de uma opção foi: qual a procedência destes simulados. 21 professoras afirmam adquirir através de sites específicos; 23 professoras elaborar baseadas em provas anteriores; 20 professoras afirmam que são fornecidos pela gestão que os adquire em sites específicos, ou elaborados pela coordenação pedagógica. 8 afirmam que são elaborados pela SME.

Outro fato que remete aos simulados é o número de aplicações durante o ano. 14 professoras afirmam aplicar entre 5 e 10 simulados; 8 aplicam de 10 a 15; 7 aplicam mais de 20 simulados no ano; 6 aplicam de 1 a 6, e 3 afirmam que aplicam entre 15 a 20 simulados. Esta constante aplicação de simulados pode ser um fator que altera o comportamento das crianças, e prejudica o andamento do currículo proposto para o ano, conforme registrado por elas em suas falas.

Este número que nos parece exagerado pode ser explicado pelo quanto ele é valorizado dentre as respondentes: 22 professoras apontam que ele é importante para o bom desempenho das crianças, como é indicado por alguns comentários:

“É uma forma de acostumar os alunos ao modelo de avaliação”.

“É um treino, repetição de um modelo que a criança irá conhecer para se familiarizar para que no dia já tenha conhecimento do que vai fazer”.

“Acho excelente! É um diagnóstico da turma! Fazer o monitoramento dos resultados, identificar quais alunos estão com dificuldade...”

De 38 comentários, 14 trazem reflexões sobre não considerarem o “simulado” necessário:

“Concordo em partes. Concordo em ter que habituar a criança com a prova, o ambiente e a rotina do dia. Mas simulados excessivos e com um nível de cobrança das crianças mais do que elas estão acostumadas e o esquecimento de outras disciplinas importantes, aí já não concordo”.

“São desgastantes tanto para os alunos quanto para professores”.

Ainda questionamos sobre quais decisões são tomadas nas escolas após a divulgação dos resultados: 25 das professoras indicam que tomam decisões que influenciam a dinâmica de trabalho na sala, recomendam novas estratégias e reorganização do ensino. Um terço das respondentes, ou seja, 13 professoras, responderam com comentários variados que não identificavam decisões, com respostas voltadas para o aumento da pressão sobre as professoras das turmas que não tiveram bons resultados e o início mais cedo dos “simulados”.

O que nos leva a concordar com Costa ( p.47 ) quando afirma que “ as políticas voltadas para as avaliações têm sido interpretadas como resultados, interferindo na conjuntura educacional, levando a escola e seus agentes a direcionar suas práticas para a busca desses resultados”.

Ao indagar sobre o retorno que o exame proporciona, oferecemos um item com opções variadas para marcar, elas optaram pelas seguintes: segundo 8 professoras, há investimento na formação das professoras para melhoria dos resultados não satisfatórios; ocorre investimento em material didático para ser usado na sala de aula para 12 delas, e 5 identificam investimento na estrutura física da escola. Porém, nos comentários escritos, elas não comentam retorno com os exames, a não ser para as escolas que atingem bons resultados. Elas reclamam que não há retorno para as turmas como aquisições de materiais como livros de literatura infantil, jogos, formação dos professores, indicam a sobrecarga de trabalho sem retorno. Alguns comentários:

“Gera resultado para a escola que atingi os bons resultados, mas a escola que nao atingi, infelizmente não ganha nada. O que acho que deveria ganhar algo que ajudasse a melhorar os resultados”

“Infelizmente o investimento é muito pouco para estas turmas. Os professores estão sobrecarregados de responsabilidades e o investimento é zero. Infelizmente!”

## **5 Considerações Finais**

O que podemos inferir desta análise parcial é que as professoras do 2º ano participam e se envolvem com o exame. No entanto, percebemos que algumas vulnerabilidades no processo prejudicam o ensino e a aprendizagem das crianças. E as professoras mesmo se comprometendo com a avaliação externa e sua aplicação, não recebem o retorno que esperam, a pressão por bons resultados as impõe a tomar medidas mais voltadas para o condicionamento nas respostas do exame, do que para atingir as metas propostas para sua turma.



A premiação “Escola Nota 10”, promove ranqueamento, e segundo os depoimentos das professoras nas rodas de conversa, gera pressão sobre seu trabalho e passa a invisibilizar o currículo das turmas de 2º ano durante um período do ano, para reforçar a “preparação para o exame”, e não mais a preocupação com a real alfabetização das crianças.

Deduzimos que aquilo que mais desgasta na avaliação externa é a “preparação” para a mesma. Cremos que deve haver mais diálogo em torno do sentido da avaliação externa, a fim de esqueçam a preparação e se voltem aos estudos para consolidação da alfabetização, e não o condicionamento massivo para responder ao exame. Os resultados devem ser mais evidenciados a título de mudanças e apoio nas atividades desenvolvidas em sala e menos no “ranqueamento” das escolas.

Em nossa pesquisa o próximo passo é concluir a análise total dos dados, apresentá-los em sessão pública as professoras, a secretaria municipal de educação para juntas buscarmos soluções, de forma a melhorar as condições de trabalho, aliviar a pressão das professoras e das crianças, deixando a avaliação externa cumprir seu papel sem interferência e as turmas de 2º ano voltarem a ter seu currículo respeitado.

## Referências

CAED/UFJF. Avaliação em larga Escala. Disponível em: <<https://institucional.caeddigital.net/tecnologias-2/avaliacao-em-larga-escala.html>>. Acesso em: 25 abr. 2023.

CEARÁ. Lei nº 14.026, de 17 de dezembro de 2007. Cria o Programa Alfabetização na Idade Certa (Paic), de cooperação técnica e incentivo para melhoria dos indicadores de aprendizagem nos municípios cearenses e dá outras providências. *Diário Oficial do Estado*, Fortaleza, 19 dez. 2007c. p. 1.

CEARÁ. Lei nº 14.371, de 19 de junho de 2009. Cria o Prêmio Escola Nota Dez, destinado a premiar as escolas públicas com melhor resultado no Índice de Desempenho Escolar - Alfabetização (IDEALFA), e dá outras providências. *Diário Oficial do Estado*, Fortaleza, 19 jun. 2009a. p. 1 Disponível em: [https://observatoriodeeducacao.institutounibanco.org.br/cedoc/detalhe/lei-n-14-371-2009\\_d8335756-a891-4a00-b692-f58b57a97540](https://observatoriodeeducacao.institutounibanco.org.br/cedoc/detalhe/lei-n-14-371-2009_d8335756-a891-4a00-b692-f58b57a97540)

CEARÁ. Uma análise do analfabetismo, fluxo e desempenho dos estudantes do ensino fundamental no estado do Ceará. Fortaleza-Ce: IPECE, ago/2009b. Disponível em: [https://www.ipece.ce.gov.br/wp-content/uploads/sites/45/2014/02/TD\\_67.pdf](https://www.ipece.ce.gov.br/wp-content/uploads/sites/45/2014/02/TD_67.pdf) Acesso em: 20/05/2023

CEARÁ. Lei nº 15.052, de 6 de dezembro de 2011. Institui o Prêmio Escola Nota 10, destinado a premiar as escolas públicas com melhores resultados de aprendizagem no segundo e quinto anos de ensino fundamental e dá outras providências. *Diário Oficial do Estado*, Fortaleza, 12 dez. 2011b. p. 2 Disponível em: <https://bela.ce.gov.br/index.php/legislacao-do-ceara/organizacao->

[tematica/educacao/item/2792-lei-n-15-052-de-06-12-11-do-12-12-11-revogado-pela-lei-n-15-923-de-15-12-15](https://tematica/educacao/item/2792-lei-n-15-052-de-06-12-11-do-12-12-11-revogado-pela-lei-n-15-923-de-15-12-15)

CEARÁ. Lei nº 15.923 de 15 de dezembro de 2015. Institui o Prêmio Escola Nota Dez, destinado a premiar as escolas públicas com melhores resultados de aprendizagem no segundo, quinto e nono anos do ensino fundamental. *Diário Oficial do Estado*, Fortaleza, 15 dez. 2015. p. 6.

CEARÁ. Spaece/2019. Boletim do Professor de Língua Portuguesa. Juiz de Fora, MG: Universidade Federal de Juiz de Fora/Secretaria de Educação do Estado do Ceará, 2019. Disponível em:

<https://avaliacaoemonitoramentoceara.caeddigital.net/resources/arquivos/colecoes/2019/CE%20SPAECE%20ONLINE%202019%20RP%20LP%20EM%20-%20EJA%20WEB.pdf>

Acesso em 28.05.2023.

COSTA, M.R da. **O ensino da escrita frente aos desafios das avaliações externas:** Aprendizagem ou Treinamento? Dissertação (mestrado) – Universidade Federal do Ceará, Faculdade de Educação, Programa de Pós-Graduação em Educação, Fortaleza, 2018.

GARCIA, R.L. A avaliação e suas implicações no fracasso/sucesso. In ESTEBAN, M.T. (org.). **Avaliação:** uma prática em busca de novos sentidos. 5 ed. Rio de Janeiro: DP&A, 2003.

LUCKESI, C. C. *Avaliação da aprendizagem na escola: reelaborando conceitos e criando a prática.* 2 ed. Salvador: Malabares Comunicações e eventos, 2005.

SILVA, A B. da; ANDRIOLA, W. B. Avaliações da educação básica em municipalidades do Ceará: 30 anos de história. Estudos em Avaliação Educacional, 34, Artigo e09040. Estud Aval. Educ. São Paulo, v. 34. Disponível em:  
<https://publicacoes.fcc.org.br/eae/article/view/9040>

VIDAL, E.M; COSTA, A.G; SOARES, E.A.S. (orgs.). **Spaece** pesquisas e propostas de ação vol.2. Fortaleza: SEDUC; EdUECE, 2022.